

Alerta Legislação, nº 06, de 04 a 09 de fev. 2013
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **INSTRUÇÃO SP-PREVCOM/UCRH Nº 02/2013**

Considerando a [Lei nº. 14.653, de 22 de dezembro de 2011](#), que instituiu o regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo;

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e a Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, expedem a seguinte instrução:

I – Fica instituído o fluxo para ingresso dos novos servidores e empregados das Autarquias e Fundações do Estado que optarem por participar dos planos de benefícios complementares PREVCOM RP e PREVCOM RG administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, SPPREVCOM [...]

■ **INSTRUÇÃO CONJUNTA SP-PREVCOM/UCRH Nº 01/2013**

Considerando a [Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011](#), que instituiu o regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo;

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e a Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, expedem a seguinte instrução:

I – Fica instituído o fluxo para ingresso dos novos servidores da Administração Direta do Estado que optarem por participar dos planos de benefícios complementares PREVCOM RP e PREVCOM RG administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, SP-PREVCOM [...]

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/02/2013	<u>DECRETO Nº 7.913, DE 7.2.2013</u> Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007 , que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.
07/02/2013	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2013</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL,

cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 6 de fevereiro de 2013.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2013

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 588, de 12 de novembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 13, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 6 de fevereiro de 2013.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2013

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 12, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que "Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a [Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002](#), e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a [Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 6 de fevereiro de 2013.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2013

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 9, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o apoio

	técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 6 de fevereiro de 2013. Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
06/02/2013	<u>DECRETO Nº 7.910, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Revoga o Decreto nº 5.521, de 25 de agosto de 2005, que altera o Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre a Ordem Nacional do Mérito Educativo, e dá outras providências.
05/02/2013	<u>DECRETO Nº 7.906, DE 4.2.2013</u> Promulga o Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, firmado em Haia, em 23 de janeiro de 2009. <u>DECRETO Nº 7.905, DE 4.2.2013</u> Restaura a vigência do Decreto nº 42.290, de 19 de setembro de 1957, que autoriza o restabelecimento da filiação do Brasil à União Geodésica e Geofísica Internacional. <u>DECRETO Nº 7.903, DE 4.2.2013</u> Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona. <u>DECRETO Nº 7.901, DE 4.2.2013</u> Institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONATRAP. <u>DECRETO Nº 7.900, DE 4.2.2013</u> Promulga o Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, firmado em San Juan de Achorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007. RETIFICAÇÃO <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 601, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de

	novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências. (Publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2012, Seção 1)
04/02/2013	<u>DECRETO Nº 7.898, DE 10- DE FEVEREIRO DE 2013</u> Cria a empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amzul, altera o Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.897, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Regulamenta a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários em operações realizadas no âmbito do mercado de valores mobiliários ou do sistema de pagamentos brasileiro, de que trata o parágrafo único do art. 63-A da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004. <u>DECRETO Nº 7.896, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, localizado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado nos Municípios de Confins e de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.895, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Promulga a Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude, concluída em Buenos Aires, em 1º de agosto de 1996.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT)	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 50, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o aperfeiçoamento dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Eficiência Energética de Edificações, disponibilizados no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo: [...]
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 28, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Divulga a Agenda Regulatória da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, para o biênio 2013-2014.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) <u>PORTARIA Nº 180/GC3, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> (*) Aprova a Diretriz que dispõe sobre Serviços de Contraincêndio Indenizáveis (SCII). (*) A Diretriz de que trata a presente Portaria será publicada

	no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).
Ministério da Educação (MEC)	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA N° 10, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 (*)</u> [...] Art.1º Estabelecer o calendário de atividades relativas às ações de avaliação dos cursos de pós-graduação, a cargo da Diretoria de Avaliação da CAPES: [...] (*) Republicada por ter saído, no DOU de 24-1-2013, Seção 1, pág. 96, com incorreção no original. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA NORMATIVA N° 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece os procedimentos de aditamento de atos regulatórios para alteração no número de vagas de cursos de graduação de medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES, integrantes do Sistema Federal de Ensino, e dá outras providências. <u>PORTARIA NORMATIVA N° 2, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013. <u>PORTARIA N° 90, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. <u>PORTARIA N° 86, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>RESOLUÇÃO N° 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Institui o Banco de Avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>CIRCULAR N° 3.624, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece períodos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), referentes às datas-base de 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) <u>CIRCULAR N° 615, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Divulga versão atualizada de manual operacional do Agente Operador do FGTS. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

	<u>INSTRUÇÃO N° 531, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Altera dispositivos da Instrução CVM n° 356, de 17 de dezembro de 2001 e da Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA N° 136, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a apuração de irregularidades funcionais no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências. <u>PORTARIA N° 121, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013</u> Altera os Anexos IX e X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 1.331, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013</u> Prorroga o prazo de entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos nos meses de outubro de 2012 a fevereiro de 2013. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 1.329, DE 31 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa RFB n° 1.229, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA N° 30, DE 30 DE JANEIRO DE 2013</u> Disciplina, no âmbito do Ministério da Fazenda, o recolhimento dos valores relativos ao ressarcimento dos serviços e materiais utilizados na reprodução de documentos, postagem e fornecimento de mídia óptica (CD ROM) a terceiros.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 321, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece diretrizes e instruções gerais para realização da Operação SENTINELA. [...] CONSIDERANDO a necessidade de atuação integrada dos órgãos de segurança pública integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, visando ao fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, prevista no Decreto n° 7.496, de 8 de junho de 2011 [...]
Ministério da Previdência Social (MPS)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 204, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art.1° - Instituir a Setorial Contábil que integra o Sistema de Contabilidade Federal no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria-Executiva, com as seguintes competências: [...]

	<u>PORTARIA Nº 169, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Altera as Portarias nº 130/GM/MS, nº 131/GM/MS, nº 132/GM/MS e nº 134/GM/MS, de 1º de fevereiro de 2013. [...] "Redefine os prazos para início de execução e conclusão das obras das Unidades Básicas de Saúde (UBS)" [...] <u>PORTARIA Nº 54, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer que, para o mês de janeiro de 2013, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 870,06 (oitocentos e setenta reais e seis centavos). [...] <u>PORTARIA Nº 44, DE 31 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Executivo Federal, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe. [...] INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa nº 45/ INSS/PRES, de 6 de agosto de 2010*. <i>* [...] estabelecer rotinas para agilizar e uniformizar a análise dos processos de reconhecimento, de manutenção e de revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social, para melhor aplicação das normas jurídicas pertinentes [...]</i>
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE JANEIRO DE 2013(*)</u> Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2012, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 21, de 30-1-2013, Seção 1, página 64, com incorreção no original. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre modificações na composição de alimentos padronizados para uso de Informação Nutricional Complementar. [...] Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico sobre modificações na composição de alimentos padronizados para uso de Informação Nutricional Complementar, nos termos desta Resolução [...] <u>PORTARIA Nº 102, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Altera a Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 193, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u>

Dispõe sobre a Instituição e funcionamento do Comitê Executivo em Situações de Desastres - CED na Funasa.

PORTARIA N° 192, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013

Institui Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico.

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 171, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar diretrizes e estratégias de ações em saúde para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, bem como Plano de Contingência da Saúde para Situações de Contato com Povos Isolados e Surtos Epidêmicos em Grupos de Recente Contato.

PORTARIA N° 134, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013

Institui o Componente Construção no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), redefine os prazos para conclusão das obras e início de funcionamento das UBS financiadas por meio do Plano Nacional de Implantação de UBS nos termos da Portaria n° 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera e acresce dispositivos à Portaria n° 2.226/GM/MS, de 2009.

PORTARIA N° 132, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013

Redefine os prazos para conclusão das obras e início de funcionamento das Unidades de Pronto-Atendimento (UPA 24h) Novas, Ampliadas e Reformadas financiadas nos termos das Portarias n° 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, n° 2.820/GM/MS, de 28 de novembro de 2011, n° 2.821/GM/MS, de 28 de novembro de 2011, n° 1.171/GM/MS, de 5 de junho de 2012, e/ou n° 1.172/GM/MS, de 5 de junho de 2012, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA N° 131, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013

Redefine os prazos para conclusão das obras e início de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) financiadas por meio do Componente Ampliação nos termos da Portaria n° 2.394/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e altera e acresce dispositivos à Portaria n° 2.394/GM/MS, de 2011.

PORTARIA N° 130, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2013

Redefine os prazos para conclusão das obras e início de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) financiadas por meio do Componente Reforma nos termos da Portaria n° 2.206/GM/MS, de 14 de setembro de 2011, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera e acresce dispositivos à Portaria n° 2.206/GM/MS, de 2011.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA N° 85, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Santa Casa de Misericórdia de Auriflamar, com sede em Auriflamar/SP.

	<u>PORTARIA Nº 83, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos, com sede em Dois Córregos/SP. <u>PORTARIA Nº 82, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Santa Casa de Misericórdia de Duartina, com sede em Duartina/SP.
Ministério das Cidades (MCid)	CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova a seleção de entidades integrantes do Conselho das Cidades, para fins de composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 56, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre as diretrizes gerais para implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, operado com recursos disponibilizados por meio da terceira oferta pública, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU. <u>PORTARIA Nº 55, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Autoriza realização de processo de seleção de propostas para abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, com recursos do Orçamento Geral da União. <u>PORTARIA Nº 53, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece o Manual para apresentação de propostas do programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3, apoiado pela Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre prazos e condições para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 16, de 17 de março de 2011, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA, e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo seletivo simplificado para Habilitação e Contratação, relativo aos exercícios de 2013 e 2014, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, nas modalidades de

	abastecimento de água e esgotamento sanitário, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. SECRETARIA EXECUTIVA ↳ Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 44, DE 31 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir Grupo Técnico Intercâmaras - GTI para concluir os estudos de revisão das Resoluções CONTRAN nºs 168/04 e 358/10 referentes aos processos de formação e habilitação de condutores, que será integrado por membros das Câmaras Temáticas do CONTRAN, com a seguinte composição: [...]
Ministério das Comunicações (MC)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 14, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL. <u>PORTARIA Nº 13, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013*</u> [...] Art. 1º Fica instituído o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais a ser implementado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU para o exercício de 2013, na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. [...] * RETIFICAÇÃO (DOU, 05/02/2013, p. 47) No Anexo da Portaria nº 13, de 10 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de fevereiro de 2013, Seção 1, pág. 73, na coluna referente a PRAZOS, onde se lê: De 04/02 a 05/04/2012, leia-se: De 04/02 a 05/04/2013.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.485, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai - Parapanema - Avaré - Ceripa, constantes dos Anexos I, II-A e V da Resolução Homologatória n. 1.114, de 7 de fevereiro de 2011, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.484, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista e dá outras providências.

	<u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.482, DE 29 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Resolução Homologatória nº 1.393, de 11 de dezembro de 2012, que homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.481, DE 29 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Resolução Homologatória nº 1.390, de 11 de dezembro de 2012, que homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.480, DE 29 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Resolução Homologatória nº 1.394, de 11 de dezembro de 2012, que homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Leste Paulista de Energia Elétrica – CPFL Leste Paulista. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.477, DE 29 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Resolução Homologatória nº 1.392, de 11 de dezembro de 2012, que homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 43, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Criar Grupo de Trabalho com o objetivo de identificar necessidades de melhoria nas condições de segurança elétrica e confiabilidade das instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN e de outras relevantes para a operação dessa Rede, bem como propor ações destinadas a promover os aperfeiçoamentos necessários. [...]
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 15, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, para o período de 2013-2015. <u>PORTARIA Nº 14, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir processo de seleção de propostas para a implantação de Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), conforme modelos e descrições apresentados no Manual de Instruções para Seleção dos Centros de Iniciação ao Esporte disponíveis no sítio http://www.esporte.gov.br/cie, a serem apoiadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. [...]
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA Nº 28, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir o calendário de reuniões Ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima,

	para o ano de 2013, com as seguintes datas: I – 9ª Reunião Ordinária - 19 de fevereiro de 2013; II – 10ª Reunião Ordinária - 20 de junho de 2013; III – 11ª Reunião Ordinária - 29 de agosto de 2013; e IV – 12ª Reunião Ordinária - 26 de novembro de 2013. [...] INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013(*)</u> Altera a Instrução Normativa IBAMA Nº 10, de 07 de dezembro de 2012** <i>*Republicada por ter saído, no DOU de 6-2-2013, Seção 1, página 88, com incorreção no original.</i> <i>**Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.</i>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF) <u>PORTARIA Nº 12, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a classificação orçamentária por fonte de recursos para aplicação no âmbito da União. <u>PORTARIA Nº 11, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 27, DE 31 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.009, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Suspende o parágrafo 1º do art. 18 e o art.19 da Resolução nº 3.871, de 1º de agosto de 2012, que estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas transportadoras, para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e, dá outras providências.
Ministério Público da União (MPU)	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) <u>RESOLUÇÃO Nº 135, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece normas sobre o concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Federal.
Presidência da República (PR)	CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Propõe à Excelentíssima Senhora Presidenta da República a

	alteração do Decreto n.º 2.444, de 30 de dezembro de 1997, para incluir no Programa Nacional de Desestatização - PND as rodovias federais abaixo indicadas [...] SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) ↳ Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) PORTARIA N° 326, DE 31 DE JANEIRO DE 2013 Institui e extingue unidades administrativas regionais.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/02/2013	LEI N° 14.952, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013 (Projeto de lei n° 203/11, da Deputada Ana Perugini - PT) Obriga as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo a apresentar e disponibilizar seus balanços financeiros anuais DECRETO N° 58.884, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013 Cria 1 (um) Centro de Integração da Cidadania, na Coordenadoria de Integração da Cidadania, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e dá providências correlatas DECRETO N° 58.882, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013 Institui, junto à Secretaria da Segurança Pública, Grupo Gestor para monitoramento e supervisão do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a União, o Estado de São Paulo e o Ministério Público do Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento de atividades destinadas à repressão da criminalidade no Estado de São Paulo DECRETO N° 58.881, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013 Institui o Programa "Direção Segura" para a fiscalização de trânsito e dá providências correlatas
08/02/2013	DECRETO N° 58.879, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013 Aprova o Regulamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, transformada em autarquia pela Lei Complementar n° 1.187, de 28 de setembro de 2012
07/02/2013	LEI N° 14.951, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013 (Projeto de Lei n° 682/12, da Deputada Vanessa Damo - PMDB) Altera a Lei n° 13.747, de 7 de outubro de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores. LEI N° 14.950, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013 (Projeto de Lei n° 257/12, da Deputada Analice Fernandes – PSDB) Institui a campanha de conscientização e combate aos crimes de violência praticados contra a mulher LEI N° 14.949, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2013

	(Projeto de Lei nº 114/12, dos Deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão - PC do B) Altera a Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, que institui o Programa "Bolsa Talento Esportivo"
06/02/2013	DECRETO Nº 58.876, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013 Altera o Decreto nº 51.624, de 28 de fevereiro de 2007, e o Regulamento do ICMS
05/02/2013	DECRETO Nº 58.874, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013 Altera e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 57.910, de 27 de março de 2012, que instituiu, sob a coordenação do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, o Programa "Horta Educativa" e dá providências correlatas DECRETO Nº 58.873, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013 Substitui Anexo e dá nova redação a disposições que especifica do Decreto nº 55.903, de 9 de junho de 2010, que autoriza o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, por meio dos seus Fundos Sociais de Solidariedade, visando à transferência de recursos financeiros, a título de auxílio, para o desenvolvimento de projetos sociais voltados à geração de renda DECRETO Nº 58.610, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012 Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC de Esportes Curt Walter Otto Baumgart, no Município de São Paulo (Publicado novamente por ter saído com incorreções)
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SSP/PGE-1, DE 8-2-2013 Institui Grupo de Trabalho para análise e formulação de proposta de disciplina de filmagens, imagens e colheita de depoimentos de policiais civis e militares em operações e ações, transmitidas em tempo real ou retransmitidas por emissoras de televisão RESOLUÇÃO CC-12, DE 8-2-2013 Dispõe sobre o cálculo da gratificação de representação conferida pelo exercício de função de confiança do Governador
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) DELIBERAÇÃO Nº 002, DE 5-2-2013 Trata das orientações para a realização das Conferências Municipais – 2013 DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 5-2-2013 Dispõe sobre a realização, data e local da IX Conferência Estadual de Assistência Social

Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPCD)	CONSELHO ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CEAPcD) <u>COMUNICADO</u> REGIMENTO DO XVI SEMINÁRIO ESTADUAL E DOS ENCONTROS REGIONAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – ELEIÇÕES PARA O BIÊNIO 2013-2015 [...] Art. 1º O XVI Seminário Estadual da Pessoa com Deficiência, doravante simplesmente denominado Seminário, que reunirá lideranças de Pessoas com Deficiência de todo o Estado de São Paulo, realizar-se-á no dia 03-07-2013, das 8 às 18 horas, no Auditório Nobre da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência [...]
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE 9, DE 8-2-2013</u> Dispõe sobre regulamentação do disposto no Decreto 21.074, de 12-07-1983, que institui o Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP
Fazenda (SF)	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>COMUNICADO SP-PREVCOM</u> Abertura das Inscrições no Regime de Previdência Complementar As inscrições para os planos de benefícios da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SPPREVCOM) estão abertas. Os servidores/empregados públicos estaduais interessados em aderir à nova previdência devem retirar o formulário de inscrição no Recursos Humanos do seu órgão de origem ou imprimi-lo no site da SP-PREVCOM (www.spprevcom.sp.gov.br), preencher e assinar duas vias e entregar no próprio RH. As regras para o fluxo das informações referentes às adesões, entre as entidades estaduais e a SP-PREVCOM, foram formalizadas por meio de Instruções Conjuntas entre a Fundação e a Unidade Central de Recursos Humanos, publicadas no Diário Oficial do Estado no dia 06/02/13. Para mais informações entre em contato com a SPPREVCOM: Site: www.spprevcom.sp.gov.br E-mail: faleconosco@spprevcom.sp.gov.br Telefones: 3150-1943/3150-1944 (atendimento ao participante) 3150-1977/3150-1978 (atendimento ao patrocinador) GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF 13, DE 06-02-2013</u> Dispõe sobre a fixação da meta da receita tributária, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.079-2008, e da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, para o exercício de 2012.
Gestão Pública (SGP)	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>INSTRUÇÃO SP-PREVCOM/UCRH Nº 02/2013</u> Considerando a Lei nº. 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o regime de Previdência Complementar do Estado

	de São Paulo; A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e a Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, expedem a seguinte instrução: I – Fica instituído o fluxo para ingresso dos novos servidores e empregados das Autarquias e Fundações do Estado que optarem por participar dos planos de benefícios complementares PREVCOM RP e PREVCOM RG administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, SPPREVCOM. [...] <u>INSTRUÇÃO CONJUNTA SP-PREVCOM/UCRH N° 01/2013</u> Considerando a Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo; A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e a Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, expedem a seguinte instrução: I – Fica instituído o fluxo para ingresso dos novos servidores da Administração Direta do Estado que optarem por participar dos planos de benefícios complementares PREVCOM RP e PREVCOM RG administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, SP-PREVCOM [...] <u>INSTRUÇÃO UCRH N° 1, DE 30-1-2013</u> [...] 1. Para o ano de 2013, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da Avaliação de Desempenho Individual instituída pelo Decreto nº 57.780, de 10 de fevereiro de 2012, alterado pelo Decreto nº 58.373, de 05 de setembro de 2012, ficam definidos de acordo com a presente instrução. [...]
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA-11, DE 6-2-2013</u> Altera os artigos 9º e 11 da Resolução SMA nº 037 de 05 de junho de 2012 que define as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN – Projeto PSA/RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais <u>RESOLUÇÃO SMA 09, DE 04-02-2013</u> Estabelece os parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambientais, para o exercício de 2013, no âmbito do Programa Município VerdeAzul, e dá providências correlatas.
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN/SP N° 291, DE 6-2-2013</u> Altera dispositivos da Portaria DETRAN nº 541, de 15 de abril de 1999 [...] Artigo 1º - Os artigos 23 e 45 da Portaria DETRAN nº 541/99 passam a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 23 - §5º - Os exames de aptidão física e mental terão a duração

	mínima de 5 (cinco) minutos. ... Artigo 45 - XVII – a realização de exame de aptidão física e mental com duração inferior àquela estabelecida nesta Portaria.” [...] <u>PORTARIA DETRAN/SP Nº 277, DE 1-2-2013</u> Altera dispositivos da Portaria DETRAN nº 2.226, de 4 de dezembro de 2009
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSRH-02, DE 31-01-2013</u> Altera o artigo 2º da Resolução SSRH-30, de 15-12-2011, que trata da constituição da Comissão de Gestão para Melhoria do Gasto Público na Administração Pública do Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 12, DE 7-2-2013</u> Institui no âmbito da Secretaria da Saúde o Comitê Estadual de Nefrologia e dá outras providências.
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP-19, DE 08-02-2013</u> Prot.943/13 Institui Grupo de Trabalho com o objetivo propor diretrizes e procedimentos para o estabelecimento e ampliação de parcerias com municípios paulistas no âmbito da segurança pública <u>RESOLUÇÃO SSP-18, DE 07-02-2013</u> Prot. GS-1466/13 e Prot. GS- 5441/12. Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução da Resolução SSP 163, de 21-09-2011, que dispõe sobre a competência para realização de leilões de veículos apreendidos pela Polícia Civil em decorrência de suas atividades de polícia judiciária
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>PORTARIA GR Nº 6023, DE 6-2-2013</u> Dispõe sobre as denominações e siglas das Prefeituras dos Campi e do Quadrilátero Saúde/Direito da USP
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
09/02/2013	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 997, DE 2011 Mensagem A-nº 028/2013, do Senhor Governador do Estado [...] De iniciativa parlamentar, a propositura obriga bares, restaurantes, lanchonetes, quiosques e estabelecimentos similares a oferecer aos consumidores, como opção, condimentos alimentícios em embalagens individuais,

fracionadas e descartáveis.

[...]

DO Legislativo, 09/02/2013, p. 18

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 923, DE 2011

Mensagem A-nº 027/2013, do Senhor Governador do Estado

[...]

De iniciativa parlamentar, a medida proíbe, no Estado de São Paulo, o ingresso e a permanência de menores de 18 anos no mesmo recinto de festas ou eventos que tenham finalidades comerciais e que forneçam bebidas alcoólicas à vontade, denominados “open bar”, e dá providências correlatas.

DO Legislativo, 09/02/2013, p. 18

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 405, DE 2011

Mensagem A-nº 026/2013, do Senhor Governador do Estado

[...]

De iniciativa parlamentar, a proposição institui na rede estadual de ensino, em caráter obrigatório, a atividade extracurricular “Programa Educacional de Prevenção de Acidentes na Infância”.

DO Legislativo, 09/02/2013, p. 18

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2011

Mensagem A-nº 025/2013, do Senhor Governador do Estado

[...]

De origem parlamentar, a proposição (i) estabelece a obrigatoriedade da realização de exame de ecocardiograma em todas as crianças recém-nascidas portadoras da Síndrome de Down; (ii) garante a realização do exame em todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, credenciados no Sistema Único de Saúde – SUS, mediante prescrição médica previamente autorizada pelo gestor; (iii) dispõe que as despesas decorrentes da execução da lei correrão a cargo do orçamento anual do Estado, não integrando recursos oriundos do SUS, devendo receber aporte financeiro próprio.

DO Legislativo, 09/02/2013, p. 17

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 803, DE 2005

Mensagem A-nº 024/2013, do Senhor Governador do Estado

[...]

Originária desse Parlamento, a proposição altera o artigo 2º da Lei nº 11.258, de 6 de novembro de 2002, que dispõe sobre os serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de estudantes, estabelecendo que os veículos utilizados nesses serviços deverão ter no máximo 8 (oito) anos de fabricação (artigo 1º). Dessa maneira tem como objetivo aumentar de 5 (cinco) para 8 (oito) anos a idade máxima dos veículos utilizados para esse tipo de transporte.

DO Legislativo, 09/02/2013, p. 17

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 519, DE 2004

PROJETO DE LEI Nº 519, DE 2004

Mensagem A-nº 023/2013, do Senhor Governador do Estado

[...]

De iniciativa parlamentar, a proposição cria o Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes, vinculado à Secretaria da Educação, institui o

	respectivo Conselho Administrativo, e dá providências correlatas. [...] DO Legislativo, 09/02/2013, p. 17 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 31, DE 2013 Declara o Município de Dois Córregos, como a Capital da Poesia, no Estado de São Paulo. DO Legislativo, 09/02/2013, p. 18 PROJETO DE LEI N° 30, DE 2013 Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão dos dados cadastrais, nas faturas enviadas ao consumidor, pelas empresas prestadoras de serviços públicos do Estado de São Paulo. DO Legislativo, 09/02/2013, p. 18
08/02/2013	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 1, DE 2013 Garante aos professores readaptados o direito à aposentadoria especial de magistério. DO Legislativo, 08/02/2013, p. 11 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 28, DE 2013 Cria o "Museu da Construção Civil e suas Técnicas Construtivas" no Estado de São Paulo, e dá outras providências. DO Legislativo, 08/02/2013, p. 12 PROJETO DE LEI N° 27, DE 2013 "Cria a 'Segunda Cultural Paulista', no âmbito do Estado de São Paulo, e fixa outras providências" DO Legislativo, 08/02/2013, p. 12 PROJETO DE LEI N° 26, DE 2013 Dispõe sobre obrigatoriedade de realização de obras em período não coincidente com férias ou feriados prolongados, e dá outras providências DO Legislativo, 08/02/2013, p. 12 PROJETO DE LEI N° 25, DE 2013 Altera dispositivos da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008*, na forma que especifica. <i>* Estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.</i> DO Legislativo, 08/02/2013, p. 11-12
07/02/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 24, DE 2013 Cria o Plano Estadual de Educação Empreendedora, para inserção do empreendedorismo nas Escolas de Ensino Médio e Escolas Técnicas Estaduais, vinculadas à Secretaria da Educação e ao Centro Paula Souza. DO Legislativo, 07/02/2013, p. 24

PROJETO DE LEI N° 22, DE 2013

Fica proibida a utilização de comandas, cartões ou outras formas de pagamento posterior ao consumo em boates, casas noturnas e outros estabelecimentos similares, bem como em festas e eventos privados dessa natureza.

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 24

PROJETO DE LEI N° 21, DE 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos condutores de veículos automotores inabilitados por dirigir sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas, e dá outras providências.

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 24

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 3, DE 2012**

Mensagem A-n° 021/2013, do Senhor Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a propositura objetiva alterar a redação do artigo 20 da [Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009](#), que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, para permitir a inscrição facultativa do contratado e de seus agregados no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE.

Vejo-me compelido a desacolher a proposição, em face de sua inconstitucionalidade. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 21

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 754, DE 2011

Mensagem A-n° 015/2013, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 6 de fevereiro de 2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui o Programa SP-Digital, nos termos do qual o Poder Executivo disponibilizará, gratuitamente, o sinal de Internet sem fio de banda larga em todos os órgãos integrantes da Administração Pública direta e indireta, autárquica e fundacional do Estado de São Paulo.

Respeitados os propósitos do legislador, nos termos em que explicitados na justificativa, vejo-me compelido a recusar sanção ao projeto, em face de inarredável inconstitucionalidade. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 20

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 617, DE 2012

Mensagem A-n° 020/2013, do Senhor Governador do Estado

[...] De origem parlamentar, a propositura obriga os responsáveis pelos eventos esportivos públicos de basquetebol, futebol de campo, futebol de salão (futsal), futebol “society”, handebol e voleibol, dotados de capacidade superior a mil lugares, a proverem, em cada jogo, ao menos 30% (trinta por cento) de bolas compostas de 95% (noventa e cinco por cento) de materiais biodegradáveis e recicláveis, provenientes de recursos naturais renováveis através de cadeia produtiva sustentável (artigo 1° “caput” e §§ 1°, 2° e 3°)

[...] Embora reconheça os nobres objetivos do Legislador, muito bem expostos na justificativa que acompanha o projeto, vejo-me compelido a recusar sanção à medida, em face de

inarredável inconstitucionalidade. [...]
DO Legislativo, 07/02/2013, p. 21

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 500, DE 2012

Mensagem A-nº 019/2013, do Senhor Governador do Estado
[...] De iniciativa parlamentar, o projeto de lei determina que farmácias e drogarias disponibilizem aos consumidores cartelas de controle de medicamentos de uso contínuo de ingestão diária, com a inscrição dos dias da semana, permitindo cobrar pela oferta, até o limite do preço de custo de cada cartela; impõe a mesma medida aos postos da Farmácia Dose Certa da Fundação para o Remédio Popular, e, neste caso, as cartelas deverão ser fornecidas gratuitamente; pelo descumprimento da lei, estabelece multa equivalente a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESPs, valor que deverá ser dobrado em caso de reincidência; prevê, ainda, a possibilidade de a multa ser convertida em doação de medicamentos ao Sistema Único de Saúde - SUS, a critério da Administração. Reconheço os relevantes desígnios que nortearam a iniciativa. Vejo-me, contudo, impedido de acolher a proposição, pelas razões que passo a expor. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 21

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2009

Mensagem A-nº 014/2013, do Senhor Governador do Estado
São Paulo, 6 de fevereiro de 2013

[...] De origem parlamentar, a propositura determina que na comercialização de qualquer produto, embalado, vendido a granel ou “in natura”, que contenha animal, componente animal ou que tenha sido elaborado através de método que utilize animal, o consumidor deverá ser informado de tais circunstâncias, no rótulo da embalagem ou do recipiente em que estiver contido, dependendo do caso, com as expressões “produto de origem animal” ou “componente do produto de origem animal” ou “produto testado em animal” ou “componente do produto testado em animal” ou “produto produzido a partir de teste em animal” ou “componente do produto produzido a partir de teste em animal”, em língua portuguesa, com caracteres de tamanho e formato que as tornem ostensivas e de fácil visualização, o que também deverá constar do documento fiscal, para que a informação acompanhe o produto ou ingrediente em todas as etapas da cadeia produtiva; fixa o prazo de 365 dias para estabelecimentos comerciais, empresas, produtores e fornecedores se adequarem à norma, e submete os infratores à multa de 10 UFESPs por unidade comercializada, suspensão temporária da atividade, ou cassação da licença de funcionamento, penas estas aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das de natureza civil, penal ou administrativa.

A despeito dos bons propósitos da iniciativa, vejo-me compelido a desacolher a medida, em razão de inarredável inconstitucionalidade. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 20

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 342, DE 2012

Mensagem A-nº 018/2013, do Senhor Governador do Estado
São Paulo, 6 de fevereiro de 2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura veda a comercialização, o transporte e o armazenamento, no Estado de São Paulo, de massa fresca para fabricação de pães que não esteja congelada e que não contenha indicação das características do produto na sua composição; isenta da aplicação da lei os estabelecimentos, legalmente constituídos, responsáveis pela fabricação e processamento da massa de pão; estabelece, a título de sanção, as seguintes medidas: apreensão e incineração, em 30 (trinta) dias, do produto de massa fresca que estiver em desacordo com a lei; multa de 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESPs, dobrada em caso de reincidência; cassação da inscrição no cadastro de contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Nada obstante os elevados desígnios do legislador, bem realçados na justificativa que acompanha a proposta, vejo-me compelido a negar assentimento à medida, com fundamento nas razões a seguir enunciadas. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 21

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 239, DE 2012

Mensagem A-nº 017/2013, do Senhor Governador do Estado

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura cria o “Índice Paulista de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nos Municípios – IPAM”, a ser calculado e publicado com intervalo mínimo de 12 (doze) meses, sob a forma de “ranking”, e dá providências correlatas.

Reconheço os elevados propósitos do legislador em buscar instituir medida com vistas a estimular os municípios paulistas a desenvolverem ações voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Vejo-me, todavia, compelido a negar assentimento ao projeto pelas razões que passo a expor. [...]

DO Legislativo, 07/02/2013, p. 21

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N° 208, DE 2012

Mensagem A-nº 016/2013, do Senhor Governador do Estado
São Paulo, 6 de fevereiro de 2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura obriga as empresas prestadoras dos serviços de internet de banda larga, a garantir o fornecimento de limites mínimos da velocidade de conexão contratada pelos consumidores, mesmo nos períodos de maior tráfego de informações multimídia. Nesse passo, a medida impõe o provimento de velocidade não inferior a 90% (noventa por cento) nas hipóteses de conexões fixas e, de 80% (oitenta por cento) nas móveis, estabelecendo para as empresas com menos de vinte mil assinantes de serviços de conexão com a rede mundial de computadores, nas mesmas condições, o dever de assegurar o fornecimento de velocidade de conexão, em seu menor grau, de 70% (setenta por cento) e 60 % (sessenta por cento), respectivamente (artigo 1º “caput” e parágrafo único e artigo 2º, incisos I e II e §§ 1º e 2º).

[...] Embora reconheça os nobres propósitos do Legislador, muito bem expostos na justificativa que acompanha o projeto, vejo-me compelido a recusar sanção ao projeto, em face de

	inarredável inconstitucionalidade. [...] DO Legislativo, 07/02/2013, p. 20 VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 682, DE 2012 Mensagem A-nº 022/2013, do Senhor Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a proposta legislativa visa a alterar a Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores.[...] DO Legislativo, 07/02/2013, p. 24 TRIBUNAL DE CONTAS ATO GP nº 03/2013 Dispõe sobre a suspensão do expediente nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de 2013. DO Legislativo, 07/02/2013, p. 33
06/02/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2013 Dispõe sobre a proibição do uso, da comercialização, da produção, da importação e da publicidade de andadores infantis no Estado DO Legislativo, 06/02/2013, p. 19 PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2013 Estabelece estratégia para a inserção laboral para usuários de drogas em recuperação. DO Legislativo, 06/02/2013, p. 19 PROJETO DE LEI Nº 15, DE 2013 Obriga a utilização de espuma de isolamento acústico antichamas nos recintos fechados do Estado de São Paulo e dá outras providências. DO Legislativo, 06/02/2013, p. 19 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2013 Dispõe sobre a sustação em parte da Resolução SSP-SP nº 05, de 07 de janeiro de 2013*. <i>* [...] que estabelece parâmetros aos policiais que atendam ocorrências de lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte; fixando, ainda, diretrizes para a elaboração de registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais decorrentes de intervenção policial [...]</i> DO Legislativo, 06/02/2013, p. 20
05/02/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2013 Obriga os estabelecimentos civis destinados à formação de bombeiro civil obter prévia habilitação pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo DO Legislativo, 05/02/2013, p. 18 PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2013

	Susta a Resolução nº SSP-5, de 07-01-2013* * [...] que estabelece parâmetros aos policiais que atendam ocorrências de lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte; fixando, ainda, diretrizes para a elaboração de registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais decorrentes de intervenção policial [...] DO Legislativo, 05/02/2013, p. 19
02/02/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2013 Dispõe sobre medidas de segurança e proíbe o uso de shows pirotécnicos, fogos de artifícios e equipamentos/itens similares, além de efeitos especiais que possam trazer riscos de incêndio nos locais que especifica, em todo o Estado de São Paulo. DO Legislativo, 02/02/2013, p. 10
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
de 04/02/2013 a 09/02/2013	Não houve

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.